

**MODOS DE OPERAÇÃO DA IDEOLOGIA E ESTRATÉGIAS DE
CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA: AS ELEIÇÕES DE 1954 PARA GOVERNADOR
DO RIO GRANDE DO SUL**

Marcos Jovino Asturian*

RESUMO:

O presente artigo busca compreender a disputa eleitoral entre o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) nas eleições de 1954 para governador do Estado do Rio Grande do Sul através das páginas do jornal Diário de Notícias, configurando um estudo de história política tendo como fontes documentais a imprensa. Para tanto, utilizaremos a tradição analítica relativa ao conceito de ideologia, atualizado em John Thompson, como forma geral de interpretação de um possível papel histórico das formas simbólicas no universo do político.

Palavras-chave: PSD, PTB, ideologia.

ABSTRACT:

This article seeks to understand the electoral dispute between the Partido Social Democrático (PSD) and the Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) in the 1954 election for governor of Rio Grande do Sul through the pages of the newspaper Diário de Notícias, setting up a study of history politics with the press as documentary sources. For this purpose, we use the analytic tradition on the concept of ideology, updated John Thompson, as a general interpretation of a possible role in the history of symbolic forms of the political universe.

Key-words: PSD, PTB, Ideology

Considerações Introdutórias

O presente artigo busca compreender a disputa eleitoral entre o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) nas eleições de 1954 para governador do Estado do Rio Grande do Sul através das páginas do jornal Diário de Notícias, ¹configurando um estudo de história política tendo como fontes documentais a imprensa. Para tanto, utilizaremos a tradição analítica relativa ao conceito de ideologia, atualizado em John Thompson, como forma geral de interpretação de um possível papel

* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). E-mail: mjasturian05@hotmail.com

histórico das formas simbólicas no universo do político. O papel central dos meios de comunicação de massa, particularmente da imprensa, constitui ponto comum de reflexão conceitual, na história e na sociologia da comunicação social.

A análise da ideologia, de acordo com a concepção que irei propor, está primeiramente interessada com as maneiras como as formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder. Ela está interessada nas maneiras como o sentido é mobilizado, no mundo social, e serve, por isso, para reforçar pessoas e grupos que ocupam posições de poder. Deixem-me definir este enfoque mais detalhadamente: estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação. Fenômenos ideológicos são fenômenos simbólicos significativos desde que eles sirvam, em circunstâncias sócio-históricas específicas, para estabelecer e sustentar relações de dominação. Desde que: é crucial acentuar que fenômenos simbólicos, ou certos fenômenos simbólicos, não são ideológicos como tais, mas são ideológicos somente enquanto servem, em circunstâncias particulares, para manter relações de dominação [...] Se fenômenos simbólicos servem, ou não, para estabelecer e sustentar relações de dominação, é uma questão que pode ser respondida somente quando se examina a interação de sentido e poder em circunstâncias particulares – somente ao examinar as maneiras como as formas simbólicas são empregadas, transmitidas e compreendidas por pessoas situadas em contextos sociais estruturados (THOMPSON, 1995, p. 75-76).

A comunicação de massa tornou-se, assim: “O canal mais importante para circulação de informação e comunicação de vários tipos, e toda tentativa de representar a natureza e o papel da ideologia nas sociedades modernas deve prestar uma atenção total a esse desenvolvimento” (THOMPSON, 1995, p. 135). Analisaremos as fontes através dos modos de operações gerais da ideologia e suas respectivas estratégias de construção simbólica. O trabalho não pretende demonstrar a veracidade ou a falsidade das formas simbólicas, pois interessam as maneiras como essas formas servem, em circunstâncias particulares, para estabelecer, bem como sustentar relações de dominação.

No presente trabalho realizou-se pesquisa no jornal Diário de Notícias, sendo que as partes do jornal analisadas foram às notícias e notas políticas estaduais e os “A Pedidos” pagos ao jornal tanto pelo PSD quanto pelo PTB, isto é, notícias produzidas pelos partidos e reproduzidas pelo jornal. Logo, o periódico também se notabilizou

como fonte primário-partidária e se transformou em uma “tribuna política”, onde os partidos transmitiam aos eleitores os seus conteúdos políticos, procurando convencê-los da legitimação de suas respectivas propostas.

Todavia, não entendemos o jornal como fonte objetiva, mas como um órgão de imprensa que tem uma subjetividade implícita, ou seja, não é meramente de caráter informativo, mas formativa de opinião pública, sendo assim objeto de pesquisa. A utilização que os historiadores fazem da imprensa exige uma “leitura intensiva”, pois sobre o jornal devem incidir reflexões metodológicas (ELMIR, 1995, p. 19-29). O material jornalístico não pode ser utilizado de uma maneira simplista, isto é, uma representação objetiva acerca do real. A imprensa deve ser entendida como uma representação construída sobre o real, permeada de disputas (CHARTIER, 1988).

As clivagens político-partidárias estaduais

As eleições de 1954, no Rio Grande do Sul, foram condicionadas pelo impacto da crise nacional que desencadeou na morte do presidente Getúlio Vargas, em 24 de agosto do mesmo ano, e pelos acontecimentos subsequentes. O segundo governo Vargas encontrou um cenário político difícil, pois governava num sistema político aberto e sem o apoio da maioria do Congresso. A política trabalhista e o desenvolvimento econômico de cunho nacionalista que tentava implantar enfrentaram forte oposição no Parlamento e em determinados setores das Forças Armadas.

O quadro se agravou com as tensões sociais decorrentes do processo inflacionário que atingia, sobretudo os setores médios e o operariado. Em junho de 1953, Vargas decidiu fazer uma reforma ministerial e, para o Ministério do Trabalho, nomeou João Goulart – liderança do PTB nos anos 1950 – com o intuito de neutralizar uma oposição mais radical das forças populares. Contudo, a pressão para medidas anti-inflacionárias não arrefeceu e, pelo contrário, cresceram as reivindicações dos trabalhadores pelo aumento do salário mínimo.

O ministro João Goulart, sob a pressão dos setores populares, decidiu formular uma proposta de 100% de aumento do salário mínimo. A mesma desencadeou uma forte

oposição do empresariado e das Forças Armadas. Jango pediu demissão no mês de fevereiro de 1954, mas, em primeiro de maio daquele ano, Getúlio Vargas anunciou o novo salário mínimo, nos termos propostos por João Goulart. Apesar do sucesso popular da medida, ocorreu imediata reação do empresariado e dos meios políticos.

Conforme Delgado,

Sob a ótica dos setores conservadores, da UDN oposicionista e de importantes segmentos do Exército e do empresariado, a nomeação de Jango e sua atuação significava uma “virada” à esquerda dada pelo governo Getúlio. Esses setores da oposição argumentavam que a atuação do novo ministro vinha ao encontro das diretrizes sindicais e trabalhistas preconizadas pelos partidos e grupos mais à esquerda. Tomando a nomeação de Goulart como referência principal da reforma do Ministério Vargas, generalizaram as críticas ao governo, ultrapassando, em sua argumentação, os limites das questões trabalhistas. Afirmavam que a ordem liberal-democrática estava ameaçada pela ação [...] de Vargas e de seu Ministro João Goulart (DELGADO, 1989, p. 143).

Nesse contexto, a oposição civil e militar articulou o processo conspiratório que resultaria na crise de agosto de 1954 e na morte do presidente. As articulações políticas no Estado imergem nesses acontecimentos. O governo Dornelles estava alinhado ao governo Vargas e João Goulart - Secretário do Interior e Justiça do Rio Grande do Sul – chamado por Vargas para dirigir o PTB nacional, é posteriormente nomeado Ministro do Trabalho e acaba diretamente envolvido na crise política que se sucedeu. No plano político local, a oposição ao governo federal, em muitos casos, também representava oposição ao governo estadual.

Para se compreender as eleições de 1954, se torna necessário também entender alguns antecedentes em nível regional. A formação das clivagens políticas de 1954 deve ser buscada nas eleições de 1951 para a Prefeitura de Porto Alegre, a primeira para a capital após a democratização do país. Pela primeira vez, PSD, PL e UDN aliam-se na Frente Democrática em torno da candidatura de Ildo Meneghetti, do PSD, e derrotam o candidato petebista, Leonel Brizola. Do lado do PTB, Leonel Brizola havia buscado uma aproximação com o PSP e o PRP. O PSP já estava aliado ao PTB nas eleições de 1950, através do acordo Vargas-Ademar. Já, a aliança com o PRP foi criticada por setores petebistas, mas o pragmatismo eleitoral prevaleceu.

A Frente Democrática parecia ter um candidato natural ao governo estadual em 1954: Ildo Meneghetti. O PSD, PL e UDN estavam reunidos na oposição ao governo Vargas e constituíram uma aliança vitoriosa, em 1951, em Porto Alegre. Assim, é reeditada a Frente Democrática, reunindo, no Estado, os três partidos em torno do candidato Ildo Meneghetti. A Frente Democrática teve também o apoio do recém-formado PDC.

Do lado petebista, a situação era mais complexa, pois tinham vários nomes possíveis de candidatura: João Goulart, presidente nacional do PTB e que havia sido Ministro do Trabalho no governo Vargas; Alberto Pasqualini, senador pelo Rio Grande do Sul, que detinha grande popularidade; José Diogo Brochado da Rocha, deputado federal mais votado e Loureiro da Silva, o principal responsável pela organização do partido no Estado em 1945.

A disputa interna terminou quando João Caruso Scuderi – presidente regional do PTB – adotou a candidatura Pasqualini como a melhor opção. Caruso convenceu Vargas e Jango, que passaram a apoiá-la. Para Vargas, seria interessante manter João Goulart atuando em âmbito nacional. Loureiro da Silva, também passou a apoiar a candidatura Pasqualini. Contudo, preterido pela direção do PTB, Brochado da Rocha rompe com os trabalhistas em julho de 1954 (BODEA, 1992, p. 8).

Alberto Pasqualini foi um dos grandes pensadores petebistas. Tanto ele quanto Vargas devem ser encarados como agentes de uma “divisão de tarefas” no seio do PTB. Antes de se contraporem, compunham uma “complementariedade conflitiva” em três níveis: primeiro, Vargas seria o expoente de um “projeto político nacional”, enquanto Pasqualini, o articulador do “projeto de construção” petebista; segundo, Vargas seria o líder político em nível nacional e Pasqualini seria o líder regional; terceiro, no próprio partido, Vargas seria o “estrategista político” e Pasqualini, o “doutrinador e teórico” (BODEA, 1992, p. 139-177).

As origens relacionadas com o mundo colonial italiano e a formação cultural permeada pelos valores do catolicismo pregados pela Igreja Católica influenciaram o pensamento pasqualinista. Portanto, as influências, sobretudo da doutrina social da Igreja Católica ² aliadas a uma predisposição de origem social serviram de referências

concernentes às ideias político-partidárias de Pasqualini. Em suma, ele defendia o sistema capitalista, desde que fosse dirigido para o bem coletivo, pois via a possibilidade de um capitalismo solidário e humano baseado na cooperação (PASQUALINI, 1958, p. 75).

De acordo com Grijó,

Ele sustentava a necessidade da “justiça social”, a qual não seria alcançada pelo conflito entre grupos ou classes nem pelo embate ideológico, mas somente pela conversão dos “capitalistas” aos princípios humanistas e cristãos do “solidarismo”. Assim, a “exploração” cessaria, pois os rendimentos do trabalho social não seriam apropriados individualmente como “lucro”, mas teriam uma destinação coletiva. Os proletários obteriam “justa retribuição” por seu trabalho e, com condições adequadas de vida material, poderiam usufruir os benefícios da “civilização moderna”, entre eles o acesso ao consumo de bens e serviços, sobretudo a educação. A função maior do Estado nesse “sistema” seria o de distribuidor. Com os recursos auferidos pelos impostos e tributos, se responsabilizaria por atividades que não fossem de interesse ou da possibilidade da iniciativa privada solidarista, como certas obras e empreendimentos de necessidade pública. O Estado seria ainda encarregado da distribuição de crédito facilitado para aqueles que precisassem, principalmente aos proletários, carentes de crédito habitacional, por exemplo, e aos pequenos produtores rurais, necessitados de crédito para mecanização e modernização de suas atividades. Ainda a respeito do campo, Pasqualini defendia a extensão da legislação trabalhista ao mundo rural (GRIJÓ in FERREIRA; REIS, p. 96).

A doutrina social da Igreja Católica e um vasto conhecimento histórico, sociológico e jurídico compõem as fontes do pensamento pasqualinista. Pasqualini foi um dos raros políticos no país que tiveram como preocupação buscar uma sustentação teórica para as posições assumidas por ele, pelos correligionários e pelo partido.

O lançamento de Pasqualini inviabilizou a reconstituição da aliança de 1951, pois os ex-integralistas do PRP e os ademaristas do PSP negaram-se a apoiar Pasqualini. A ruptura de Brochado da Rocha com o PTB levou a uma cisão no partido. Em julho de 1954, na convenção do PSP, Brochado da Rocha acabou indicado ao governo do Estado.

O PRP também resolveu concorrer com candidato próprio ao governo do Estado. A candidatura Wolfram Metzler, foi oficializada pela convenção do PRP realizada em

julho de 1954. Então, ficaram assim definidas as candidaturas para o pleito majoritário estadual de 1954: Ildo Meneghetti (PSD-PL-UDN), Alberto Pasqualini (PTB), Wolfran Metzler (PRP) e José Diogo Brochado da Rocha (PSP).

Pessedistas e Petebistas: A disputa eleitoral no Rio Grande do Sul (1954)

A Frente Democrática (PSD-PL-UDN) foi nucleada em torno da oposição ao governo Vargas, sendo que se estendeu ao governo Dornelles. O engenheiro Ildo Meneghetti, com o lema “Honestidade e Trabalho”, iniciou, oficialmente, a campanha eleitoral no dia 6 de julho de 1954. O Diário de Notícias fez a cobertura jornalística do lançamento da candidatura no Cine-Teatro Baltimore. Usaram da palavra, os representantes de todos os partidos integrantes da coligação oposicionista. Em seu pronunciamento, o candidato Ildo Meneghetti, saudou adversários políticos e criticou a centralização dos poderes nas “mãos” do governo federal (Diário de Notícias, 8 de julho de 1954, p. 2).

Em campanha pelo interior do Estado, Ildo Meneghetti, concedeu uma entrevista ao Diário de Notícias abordando algumas questões sociais. Inicialmente, o candidato deixou claro que sua posição frente à questão social era de absoluta fidelidade às diretrizes das encíclicas sociais da Igreja Católica. De um lado, repelindo o capitalismo voraz, de outro, reprovando o marxismo e a luta de classes. Posteriormente, Meneghetti criticou o governo pelo encarecimento do custo de vida no país através do processo inflacionário que assolava as classes trabalhadoras.

Depois, Meneghetti comentou sobre a relação do Estado com a livre iniciativa:

[...] reconhecemos caber ao Estado, pela justiça distributiva, a supervisão do trabalho, mas dentro de certos limites, penetrado de um seguro devotamento aos interesses supremos da Pátria, sem ingerências exageradas, atentatorias aos direitos da Pátria, da personalidade humana e cerceadora da livre iniciativa que, quando superiormente inspirada, é fonte de progresso e de enriquecimento nacional (Diário de Notícias, 11 de julho de 1954, p. 4).

Após várias notícias sobre o roteiro do candidato Ildo Meneghetti pelo interior do Estado – vinte cidades e quarenta distritos –, o Diário de Notícias, em 27 de julho de

1954, publicou, através de matéria paga pelo partido, os pontos essenciais afirmados pelo candidato da Frente Democrática no “roteiro cívico” pelo Rio Grande do Sul.

1 – Precisarei lembrar-vos o sentido da luta em que nos empenhamos? Por certo não, pois a coligação dos partidos fala bem claro da significação desta cruzada democrática de um povo que se afirma na resolução de sobreviver e no juramento de encaminhar seus angustiantes problemas através do despeito aos direitos da pessoa humana e da austera dignidade dos costumes republicanos; 2 – Clama-se por êsse país afora pela batalha da produção [...] Para isso, formam-se num abrir e fechar de olhos verdadeiras entidades burocráticas, quase sempre ricas em aparato e vazias em ação. Pedisse eu nesse momento o depoimento de boa parcela da assistência presente e essa cerimônia cívica e, certamente, chegaríamos a triste conclusão de que o homem do campo, o agricultor, é, na maioria das vezes, vítima da mais grosseira e criminosa mistificação; 3 – O imposto territorial [...] cabe melhor no elenco impositivo dos municípios [...] Delegá-los aos municípios, portanto, parece duplamente conveniente. Primeiro, porque concorrerá para fortalecer as finanças locais [...] Em segundo lugar, porque os municípios dispõem de melhores condições para promover a discriminação conveniente, para justa arrecadação do imposto territorial; 4 – O Estado democrático somente se concebe como instrumento de realização das finalidades humanas [...] Deve, pois, concorrer para a existência, para a valorização e a expansão dos indivíduos, dentro da família e da sociedade, facilitando-lhes penosa e eterna conquista do bem estar e da felicidade [...] 5 – [...] a Secretaria da Agricultura, com magnífica operosidade dos seus técnicos, precisa ter os seus quadros redobrados para a vastidão das incumbências que lhe pesam. É que a assistência eficiente ao agricultor terá efetividade maior se forem criados órgãos regionais e municipais que levem ao centro de produção [...] Trata-se em suma de promover a descentralização dos serviços [...]; 6 – Em relação as rodovias, pretendo, como governante, restaurar o DAER em sua tradição de órgão dedicado, sem preocupações eleitoreiras, ao aperfeiçoamento de nossas estradas. Impõe-se devolver a esse órgão [...] com aparelhamento e organização e pessoal dedicado exclusivamente a sua enorme tarefa (Diário de Notícias, 27 de julho de 1954, p. 11).

Em entrevista concedida ao Diário de Notícias, no dia 1º de agosto de 1954, Meneghetti falou sobre a resolução dos problemas de assistência e saúde pública no Estado. Segundo o candidato pessedista, havia índices elevados de doenças contagiosas no Rio Grande do Sul e a resolução desse problema passaria por uma completa reestruturação da Secretaria de Saúde e dos serviços de assistência social, ou seja, a

instalação de novos centros de saúde e postos de higiene, estendendo a rede de unidades sanitárias a todos os municípios.

Para tanto, segundo Meneghetti, seria necessário uma cooperação assistencial:

No planejamento e execução da política de saúde e assistência a ação do Estado deverá exercitar-se em íntima articulação com os órgãos federais, municipais e para oficiais e, em perfeito entrosamento com a iniciativa particular [...] (Diário de Notícias, 1 de agosto de 1954, p. 12).

Permaneceu avultado o número de notícias concernentes ao roteiro do candidato Ildo Meneghetti pelo interior do Estado. Em matéria paga ao jornal, pelo partido, foram publicados cinco pontos essenciais afirmados pelo candidato da Frente Democrática:

1 – O Banco do Rio Grande do Sul deve voltar-se para as finalidades que inspiraram sua constituição [...] embora sem abandono de outras operações, retorne a cuidar do crédito agro-pastoril; 2 – [...] O incremento ao cooperativismo, quer de produção quer de consumo como estímulo à formação de redes comerciais centralizadas, representam fórmulas já experimentadas por outros povos com proveito para a economia coletiva e para o barateamento das utilidades. 3 – [...] estimular a organização de equipes mecanizadas que nas regiões de pequenas e médias propriedades, realizem sob regime de empreitada, os principais serviços [...] empresas privadas ou de economia mista, porém sob direção privada, devem ser fomentadas para a mais eficiente alteração desse importante mister; 4 – [...] quero imprimir à administração o cunho da impessoalidade e de respeito, de ordem e disciplina [...] obedecer às leis e ao princípio da mais vigorosa moralidade no trato da coisa pública, criando um ambiente de confiança assim entre governantes e governados [...]; 5 – [...] em vários setores o governo se omitiu pelo temor ou por cálculo [...] A iniciativa privada tem feito verdadeiros prodígios para cobrir a sua parte [...] mas é mister que o poder público a seu turno, cumpra a sua missão sem interferências descabidas, sem exageros de estatismo, mas amparando e estimulando a produção, facilitando o desenvolvimento [...] e não o travando e dificultando (Diário de Notícias, 12 de agosto de 1954, p. 11).

As notícias sobre os partidos políticos, no Diário de Notícias, abordavam frequentemente os itinerários dos comícios de cada candidato. No caso do PSD, é notória a ênfase na questão do papel do Estado na economia e sua relação com a iniciativa privada. De acordo com o jornal, o candidato Ildo Meneghetti, no comício realizado no município de Santa Maria, falou sobre a excessiva e desorientada

intervenção dos poderes públicos que vem sujeitando aos que trabalham e produzem no país (Diário de Notícias, 17 de agosto de 1954, p. 2).

No discurso proferido no município de Carazinho, assim definiu o candidato Ildo Meneghetti sobre a questão da intervenção do Estado na economia:

O intervencionismo excessivo amarra a atividade econômica, sujeitando-a a um número de normas muitas vezes contraditórias [...] É preciso desamarrar as mãos dos que trabalham [...] criam riquezas e bem-estar [...] (Diário de Notícias, 21 de agosto de 1954, p. 2).

Em suma, as afirmações de Ildo Meneghetti, na sua campanha pelo interior do Rio Grande do Sul, permitem identificar a crítica ao governo federal, evidenciada tanto pelas alusões feitas ao “burocratismo”, como pela crítica à partidarização dos órgãos e serviços públicos. No que se refere a questões de cunho regional, evidencia-se a defesa do “municipalismo”, o elogio à iniciativa privada e a crítica ao exagero da intervenção estatal na economia.

A campanha petebista iniciou um pouco depois, em relação à do PSD, devido aos problemas de saúde do candidato Alberto Pasqualini, escolhido na convenção do PTB em 18 de junho de 1954. O estado de saúde do candidato petebista foi motivo de especulações, mas sua candidatura fora mantida. Conforme noticiado pelo Diário de Notícias: “Ficou assentado que o sr. Alberto Pasqualini fará a campanha, mas atendendo o seu estado de saúde, traçará um roteiro de convenções e comícios, de modo que não fique muito exausto. Será uma campanha leve, atingindo os principais municípios” (Diário de Notícias, 16 de julho de 1954).

O PTB, através das páginas político-partidárias, veiculou no Diário de Notícias, uma ampla reportagem da chegada de Pasqualini e Goulart à capital do Estado para o lançamento oficial da campanha: “Alberto Pasqualini e João Goulart ovacionados por dezenas de milhares de pessoas, ao longo do trajeto entre o Aeroporto e o Grande Hotel” (Diário de Notícias, 23 de julho de 1954, p. 5). Na sacada do Grande Hotel, João Goulart declarou: “Pasqualini um candidato que será eleito sem conchavos políticos” (Diário de Notícias, 23 de julho de 1954, p. 5). Pasqualini afirmou: “O povo decidirá nas urnas quem deve governar o Rio Grande do Sul: se as forças do conservadorismo ou

as forças do progresso e da justiça social” (Diário de Notícias, 23 de julho de 1954, p. 5).

O lançamento da candidatura Pasqualini, dia 24 julho de 1954, realizado em um bairro operário, no Cine-Teatro Tália, contou com ampla cobertura do Diário de Notícias no dia subsequente. João Goulart – candidato a senador pelo PTB no Estado – fez o discurso de abertura, falou sobre o caráter democrático e cristão da campanha petebista. Além disso, afirmou que Pasqualini era o candidato que mais se identificava com as reivindicações dos trabalhadores.

Sobre a campanha falou João Goulart:

A nossa bandeira está desfraldada. Não andamos à procura de um lugar de governador. Defendemos idéias e princípios que pairam acima de egoísmos ou interesses personalistas [...] Que não partam de nós as provocações. Porém se elas vierem ou continuarem, saberemos mostrar a determinados politiqueros que no Rio Grande não há lugar para injúrias e as calúnias que alimentam certos panfletários da Capital da República, a serviço quase sempre de manobras escusas e de interesses inconfessáveis” (Diário de Notícias, 25 de julho de 1954, p. 10).

Observa-se que a fala de Goulart está permeada pela crise política existente no país. Posteriormente, o candidato Alberto Pasqualini fez uso da palavra. O PTB publicou o discurso plataforma de Pasqualini no Diário de Notícias. Foi reafirmado o programa de 1947, sendo observadas algumas alterações pormenorizadas do mesmo. O candidato abordou o sentido da disputa eleitoral, isto é, seguir o caminho que conduz à paz e à justiça social, dentro da ordem democrática e cristã ou retroceder às fórmulas arcaicas de uma política inteiramente vazia de verdadeiro conteúdo humano (Diário de Notícias, 25 de julho de 1954, p. 11).

A seguir, Pasqualini abordou a tirania da miséria,

É a tirania da miséria, da necessidade e do sofrimento, que aflige imensas parcelas de nossa população: que transforma em tragédia a vida daqueles que lutam pelo pão de cada dia, de todos os que vivem de salários, cujo nível sempre abaixo das necessidades mais elementares e, quanto se fala em elava-los, desencadeia-se tormenta que quase abala as próprias instituições, como se o Governo não assistisse o direito, quando na verdade tem o dever, de proteger os fracos e os humildes, contra o pior de todos os inimigos da paz, da

liberdade da democracia, da justiça e da tranquilidade social, que é o abuso do poder econômico [...] Invocam-se então todas as teorias do liberalismo, manipulando-as [...] de modo a confundi-las e identificá-las com o liberalismo político, a fim de dar a impressão de que toda a intervenção do Estado no campo econômico e social é atentar contra a democracia e a liberdade (Diário de Notícias, 25 de julho de 1954, p. 11).

Pasqualini defendia a intervenção do Estado na economia para suprir as deficiências da iniciativa privada, bem como para corrigir suas “anomalias”, pois o Estado deveria ser colocado acima dos interesses particulares de pessoas ou grupos. Segundo Pasqualini, o papel do Estado seria o de administrar a justiça, ou seja, defender os mais “fracos” numa sociedade em que alguns setores dominantes têm todas as condições favoráveis. No que diz respeito aos aspectos mais concretos da administração pública, abordou a questão da moralidade administrativa como princípio essencial e a manutenção das finanças públicas (Diário de Notícias, 25 de julho de 1954, p. 11).

Pasqualini fez referência ao saneamento das finanças efetuadas pelo governo Ernesto Dornelles:

Seria, pois, uma incoerência se não cuidássemos de manter saneadas as finanças do Estado. O trabalho do futuro governo será facilitado pelos esforços coroados de êxitos feitos nesse sentido pelo governo do eminente general Ernesto Dorneles, com a colaboração eficiente e o esclarecido apôio da Assembléia Legislativa do Estado (Diário de Notícias, 25 de julho de 1954, p. 11).

Entre outras questões, Pasqualini ainda abordou a questão do desenvolvimento industrial através de uma relação harmônica entre a indústria e as atividades agropecuárias. Também ressaltou que o sistema de geração e transmissão de energia e o sistema de transporte constituem bases fundamentais concernentes ao desenvolvimento econômico. Para tanto, seria necessária articulação das esferas federais, estaduais e municipais (Diário de Notícias, 25 de julho de 1954, p. 11).

No dia 31 de julho de 1954, Pasqualini iniciou sua campanha pelo interior do Estado, no município de Novo Hamburgo, uma das principais bases de apoio ao candidato Wolfran Metzler e ao PRP. O candidato trabalhista abordou, entre outras temáticas: a modernização dos transportes e dos processos de criação e produção agrícola e a viabilidade de recursos técnicos para os pequenos agricultores.

O Diário de Notícias, no dia 3 de agosto de 1954, nas notícias políticas estaduais, publicou parte do discurso de Alberto Pasqualini:

Estamos, mais uma vez, lado a lado, num outro embate que decidirá os rumos políticos e administrativos do Estado. Não se trata de uma competição pessoal pela posse do governo. Se assim fôsse, eu não estaria aqui a vos falar neste momento. O que está novamente em jogo é a causa do trabalhador. Não podeis alimentar qualquer ilusão a respeito das verdadeiras intenções daqueles que, a pretexto de salvaguardar a democracia, que dizem ameaçada, investem contra os trabalhistas e o governo, acusando-nos até de estarmos conspirando contra o regime. Há, em verdade, no meio de tudo isso, uma grande conspiração, mas que não parte de nós e sim das forças reacionárias. Exploram uma situação ocasional de dificuldades, tentam minar a fé e as esperanças do povo, espalhando a confusão e a descrença, a fim de preparar ambiente para retroceder na marcha das conquistas sociais (Diário de Notícias, 3 de agosto de 1954, p. 9).

O candidato petebista, apesar do seu instável estado de saúde, percorreu vários municípios com a comitiva trabalhista. No município de Caxias do Sul, Pasqualini voltou a destacar o papel estatal e sua relação direta com a promoção da justiça social: “O Estado deve fazer tudo o que estiver ao seu alcance para aliviar a situação dos trabalhadores, porque os trabalhadores são os que produzem a riqueza e devem, portanto, ter nela uma justa participação” (Diário de Notícias, 8 de agosto de 1954, p. 5).

Grosso modo, a proposta de Pasqualini defendia o desenvolvimento econômico estadual através de investimentos em setores estratégicos, tais como transportes e energia. Além disso, enfatizou que a indústria e a agricultura – acesso aos recursos técnicos para o pequeno produtor – precisariam desenvolver-se em harmonia e que o Estado deveria ser o promovedor da justiça social.

No mês de agosto de 1954 através de “a pedidos” o PSD acusou o PTB de utilizar dinheiro público para a campanha política. As acusações eram realizadas em termos ofensivos ao governo Meneghetti: “[...] o governo está gastando dinheiro público em propaganda política, mistificadora e demagógica [...]” (Diário de Notícias, 7 de agosto de 1954, p. 2). Além disso, os pessedistas criticavam tanto o governo federal quanto estadual. O PSD acusava o governo trabalhista de ser “nefasto” e “prejudicial” aos “interesses nacionais”: “[...] Todos sabem, o país inteiro conhece, que a grande crise

do Brasil, passados estes anos de administração trabalhista, é de ordem moral. A suspeição, os escândalos, as denúncias e as acusações, roubaram ao governo autoridade e confiança popular [...]” (Diário de Notícias, 19 de agosto de 1954, p. 2).

Observa-se nos primeiros meses da disputa política para o cargo majoritário estadual que ambos os partidos utilizaram o modo de operação da ideologia denominado legitimação. A legitimação pode ser entendida, como observou Max Weber, através de relações de dominação representadas como legítimas, ou seja, como justas e dignas de apoio.

Thompson cita Weber e a sua caracterização das três formas de legitimação do poder: tradição, razão ou legalidade e carisma.

[...] Weber distinguiu três tipos de fundamentos sobre os quais afirmações de legitimação podem estar baseadas: fundamentos racionais (que fazem apelo à legalidade de regras dadas), fundamentos tradicionais (que fazem apelo à sacralidade de tradições imemoriais) e fundamentos carismáticos (que fazem apelo ao caráter excepcional de uma pessoa individual que exerça autoridade) (THOMPSON, 1995, p. 82).

O PSD e o PTB utilizaram como estratégia de construção simbólica a racionalização. A racionalização pretende defender e justificar um conjunto de relações ou instituições sociais e com isso consequentemente convencer uma audiência de que isso é digno de apoio (THOMPSON, 1995, p. 82-83). O PSD através da construção simbólica negativa em relação ao governo petebista – federal e estadual – buscou criar o raciocínio que levasse o leitor a uma conclusão, isto é, a crise política, econômica e social era fruto de uma administração permeada por escândalos e que não tinha autoridade moral para administrar o país e o Estado. Portanto, o governo trabalhista era responsável pelo clima de “intranquilidade” e “desordem”, sendo assim, Meneghetti seria o candidato que estaria acima dos conflitos pessoais ou partidários, logo, o candidato ideal para governar o Rio Grande do Sul através de sua honestidade e capacidade administrativa.

Já, o PTB por meio da construção simbólica buscou demonstrar a preocupação com a moralidade administrativa, tendo como principal exemplo, o saneamento das

finanças públicas realizado pelo governo Dornelles. O PTB também procurou demonstrar que aquilo que estava em jogo na disputa eleitoral eram dois lados opostos. De um, estavam os petebistas que defendiam os trabalhadores e preconizavam a justiça social, de outro, estavam os pessedistas reacionários que ameaçavam as conquistas sociais obtidas pelos trabalhadores após a ascensão dos governos trabalhistas.

O impacto da morte do presidente Getúlio Vargas, no dia 24 de agosto de 1954, foi violento no Rio Grande do Sul. As sedes dos partidos PSD, UDN e PL foram saqueadas e incendiadas, bem como vários prédios foram destruídos ou seriamente danificados. As instalações do jornal Diário de Notícias foram destruídas e o jornal deixou de circular naquele momento. O efeito imediato da morte do presidente sobre o processo político rio-grandense foi à paralisação da campanha eleitoral.

Após a retomada da campanha eleitoral ocorreu um processo de radicalização da campanha eleitoral petebista. Políticos influentes do trabalhismo estadual como, por exemplo, o candidato ao Senado João Goulart, trouxeram para o primeiro plano as bandeiras nacionalistas e antiimperialistas. Ocorreu entre os líderes trabalhistas o radicalismo e a emocionalidade cujo efeito eleitoral tornou-se negativo. Neste momento, o partido passou a ter uma oposição mais aberta da Liga Eleitoral Católica (LEC).

Segundo Bodea,

No campo trabalhista [...] houve erros de avaliação em relação ao impacto mais imediato do 24 de agosto. Se é verdade que o gesto extremo de Getúlio conjurara o perigo de um golpe militar por parte das forças de direita, os incidentes que se seguiram, somados à radicalização e emotividade crescentes da campanha trabalhista tiveram o efeito negativo de assustar a classe média e alienar setores mais moderados do eleitorado, efeito este que os líderes trabalhistas certamente subestimaram (BODEA, 1992, p. 123).

Já, o PSD utilizou habilmente os efeitos da morte de Vargas. O pânico e os receios dos setores médios urbanos e dos pequenos e médios agricultores foram explorados pelos pessedistas. O candidato Ildo Meneghetti pregou a defesa da “ordem e tranquilidade”, sendo o candidato da Frente Democrática apresentado como defensor da propriedade privada, da família e da religião. Além disso, a reaproximação do PTB com

o PCB, após a morte de Vargas, foi utilizada intensamente contra os petebistas acusados de comunistas (BODEA, 1992, p. 121-122).

A morte do presidente e os acontecimentos subsequentes foram determinantes para o processo de construção simbólica de ambos os partidos. O PTB através da racionalização pretendeu construir um raciocínio de que a Frente Democrática era agente do imperialismo, nocivo ao país e uma ameaça a ordem democrática. Já, o PSD autodenominado defensor da “ordem e tranquilidade” buscou criar o raciocínio que levasse o leitor a uma conclusão: o PTB era uma grande ameaça a propriedade privada, a famílias e a religião. Portanto, Meneghetti como baluarte destes valores poderia salvaguardar o Estado da ameaça trabalhista/comunista.

A respeito dos embates diretos entre o PSD e o PTB podemos identificar a fragmentação como modo de operação da ideologia:

Relações de dominação podem ser mantidas não unificando as pessoas numa coletividade, mas segmentando aqueles indivíduos e grupos que possam ser capazes de se transformar num desafio real aos grupos dominantes (THOMPSON, 1995, p. 86-87).

O anticomunismo é utilizado como estratégia de construção simbólica, no caso a diferenciação, isto é, ênfase que é dada às distinções, diferenças e divisões entre pessoas e grupos, apoiando as características que os desunem e os impedem de constituir um desafio efetivo às relações existentes, ou um participante efetivo no exercício do poder. (THOMPSON, 1995, p. 87). No contexto abordado o candidato associado ao comunismo teria significativas implicações que até poderiam colocar em risco o sucesso de sua candidatura.³

Nas eleições do dia 3 de outubro de 1954, Meneghetti suplantou Pasqualini por uma margem pequena de votos. De acordo com Cánepa, o pleito foi nitidamente polarizado: de um lado, o candidato da Frente Democrática (PSD-PL-UDN), com 46,17% dos votos e, de outro, o candidato do PTB que atingiu 42,51% dos votos. Apesar de o PTB ter sido derrotado, tanto para o cargo majoritário estadual, como para o Senado, os petebistas se mantêm como o maior partido estadual, aumentando sua representatividade na Câmara Federal e na Assembleia Legislativa (CÁNEPA, 2005, p. 203-204).

Tabela 1 – Eleições para governador do Estado do Rio Grande do Sul em 3/10/54

CANDIDATOS	PARTIDOS	VOTOS	% VOTOS
Ildo Meneghetti	PSD/UDN/PL	386.821	46.17
Alberto Pasqualini	PTB	356.183	42.51
Wolfran Metzler	PRP	71.110	8.48
José Diogo Brochado da Rocha	PSP	7.396	0.88
J. Pereira Sampaio*	PSB	73	0.00
Branco		11.010	1.38
Nulos		5.162	0.61
TOTAL		837.755	100

Fonte: CÂNEPA, Op. Cit., p. 201.
* A candidatura de J. P. Sampaio foi retirado ao final da campanha.

Com as eleições de outubro de 1954, encerrou-se toda uma fase do trabalhismo no Rio Grande do Sul. A morte de Getúlio Vargas e a segunda derrota eleitoral de Alberto Pasqualini fizeram desaparecer do cenário político as duas grandes lideranças históricas do PTB. Pasqualini, acometido de grave enfermidade, praticamente retirou-se das atividades políticas, vindo a falecer em 1962. Duas novas lideranças, Leonel Brizola e João Goulart assumiram a direção do partido. E Brizola consolidou-se, a partir de então, como liderança petebista em nível regional, enquanto Jango afirmou-se como figura exponencial do partido em nível nacional.

Na terceira eleição ao governo estadual após a democratização no país podemos observar aquilo que Trindade e Noll denominaram de “padrão latino de polarização partidária” e “tradição da alternância no poder” (TRINDADE; NOLL, 1991, p. 64-81). Ocorre no Estado uma progressiva aglutinação das forças políticas contrárias ao PTB, nucleadas em torno do PSD – dissidente do diretório nacional – para disputar as eleições contra o PTB.

Outro traço que, na tradição rio-grandense, não pode ser dissociado da polarização é o persistente padrão de alternância político-eleitoral. Nas eleições de 1947, o PSD de Walter Jobim, mesmo sem o apoio do PL e da UDN, derrotou o candidato petebista Alberto Pasqualini. Em 1950 o PTB de Ernesto Dornelles, sob o impulso da candidatura de Vargas à Presidência, derrotou o pessedista Cylon Rosa, aliado à UDN e ao PRP. Já em 1954, o PSD de Ildo Meneghetti retornou ao poder, com o apoio da UDN e do PL, derrotando pela segunda o candidato petebista Alberto Pasqualini.

Considerações Finais

As eleições de 1954, no Rio Grande do Sul, foram condicionadas pelo impacto da crise nacional que desencadeou na morte do presidente Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954, e pelos acontecimentos subsequentes. Após as articulações político-partidárias ficaram assim definidas as candidaturas para o pleito majoritário estadual de 1954: Ildo Meneghetti (PSD-PL-UDN), Alberto Pasqualini (PTB), Wolfran Metzler (PRP) e José Diogo Brochado da Rocha (PSP).

A construção simbólica da campanha pessedista girou em torno da racionalização de que o instável panorama político, econômico e social em nível nacional, bem como estadual era responsabilidade dos problemáticos governos trabalhistas: do presidente Getúlio Vargas e do governador rio-grandense Ernesto Dornelles. Então, Ildo Meneghetti apresentava-se como o candidato que estaria acima dos conflitos pessoais ou partidários, isto é, o candidato ideal para governar o Rio Grande do Sul através de sua honestidade e capacidade administrativa.

A campanha petebista enfatizou a preocupação com a moralidade administrativa através do saneamento das finanças públicas. O PTB também procurou demonstrar que aquilo que estava em jogo na disputa eleitoral eram dois lados opostos. De um, estavam os petebistas que defendiam os trabalhadores e preconizavam a justiça social, de outro, encontravam-se os pessedistas reacionários que ameaçavam as conquistas sociais obtidas pelos trabalhadores após a ascensão dos governos trabalhistas.

A morte de Getúlio Vargas e os acontecimentos subsequentes foram determinantes para o processo de construção simbólica de ambos os partidos. O PTB pretendeu construir um raciocínio no leitor/eleitor de que a Frente Democrática era agente do imperialismo, nocivo ao país e uma ameaça a ordem democrática. Já, o PSD autodenominado defensor da “ordem e tranquilidade” procurou criar o raciocínio que levasse o leitor/eleitor a uma conclusão: o PTB era uma grande ameaça a propriedade privada, a famílias e a religião. Logo, Meneghetti como baluarte destes valores poderia salvaguardar o Estado da ameaça trabalhista/comunista.

Enfim, nas eleições do dia 3 de outubro de 1954 Meneghetti suplantou Pasqualini por uma margem pequena de votos. Na terceira eleição ao governo estadual, após a democratização no país, podemos observar o paradigma de alternância no poder e o padrão latino de polarização partidária, ocorrendo no Estado, uma progressiva aglutinação das forças políticas contrárias ao PTB, nucleadas em torno do PSD – dissidente do diretório nacional – para disputar as eleições contra o PTB.

Referências

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ediufrgs, 1992.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Porto Alegre: Ediufrgs, 2005.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1988.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB: Do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

ELMIR, Cláudio. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas do seu uso para a pesquisa histórica. In: *Cadernos do PPG em História da UFRGS*, n. 13, dez. 1995.

FONSECA, Virginia P. da Silveira. *Indústria de notícias: capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

FOYACA, C. *As encíclicas sociais*. Rio de Janeiro: Agir, 1967.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil: Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro, 2007, v. 2.

PASQUALINI, Alberto. *Bases e sugestões para uma política social*. Rio de Janeiro: Olympia, 1958, v. 1.

RODEGHERO, Carla Simone. *O Diabo é Vermelho: Imaginário Anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura Moderna: Teoria Social Crítica na Era dos Meios de Comunicação de Massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

TRINDADE, Hélgio; NOLL, Maria Isabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Ediufrgs/Sulina, 1991.

NOTAS:

¹ “O Diário de Notícias de Porto Alegre, assim como todos os demais meios de comunicação da cadeia Associados, defendia as causas particulares do seu controvertido proprietário, que, por sua vez, era motivado por interesses, na maioria das vezes, pessoais, “singulares”. Executava uma política editorial atrelada aos interesses econômicos e/ou políticos de Chateaubriand. Não se orientava, portanto, nem por uma determinada concepção política, nem pelas tendências do mercado, mas pelos interesses do momento de seu proprietário” (FONSECA, 2008, p. 51).

² A Igreja Católica com o desenvolvimento do sistema capitalista procurou elaborar sua própria doutrina social. A doutrina da Igreja procurou encontrar alternativas para superar os conflitos entre as classes sociais. As encíclicas, grosso modo, propunham: a aproximação entre patrões e empregados, um salário mínimo digno e uma relação humana entre as classes. A doutrina defendia a propriedade privada e rejeitava diretamente o socialismo e o comunismo (FOYACA, 1967, p. 50).

³ “A Igreja tinha um discurso anticomunista bem elaborado e bem difundido, possuindo uma estrutura que permitia atingir grande parte da população e, portanto, dos eleitores. Tal discurso foi apropriado pelos candidatos e usado como escudo ou lança contra seus oponentes, independentemente até do posicionamento ideológico de cada um. Assim, pode-se depreender que o combate da Igreja ao comunismo não atingia apenas os fiéis isoladamente, mas repercutia no plano político-eleitoral e na definição de quem passaria a dirigir os destinos do Rio Grande do Sul” (RODEGHERO, 1998, p. 109).